

Declaração de Pretória

Um teste ao regime da África do Sul

por Alves Gomes

O reconhecimento do Presidente Samora Machel como Presidente da República Popular de Moçambique e, consequentemente da autoridade do Estado moçambicano, pela África do Sul e pelos chefes daqueles que realizam acções de banditismo em Moçambique, constitui um ponto de partida assegurador de que o Acordo de Nkomati pode durar e, ser respeitado. Com a reafirmação deste princípio no passado dia 3 em Pretória e com a garantia de que ele tinha sido aceite pelos chefes do banditismo, o Governo sul-africano deu um passo importante para reparar o passado das suas relações com o Estado moçambicano e contribuir para que se estabeleça a paz e a estabilidade em Moçambique, conforme se comprometeu através do Acordo de Nkomati.

Na tarde do dia 27 de Setembro, em Pretória, quando as delegações sul-africana e moçambicana estavam reunidas na Casa de Hóspedes, iniciava-se, também na capital da África do Sul, um julgamento de um ex-funcionário da segurança sul-africana acusado de traição ao Estado.

Roland Hunter, um jovem que até ao ano passado havia pertencido aos serviços de segurança militares, onde tinha uma posição de relevo, era acusado de ter passado «documentos secretos» aos serviços de segurança de um país vizinho da África do Sul. Os jor-

nais, destacavam o seu julgamento, mas não iam além do facto de Hunter ser acusado de «traição».

No tribunal, o advogado de defesa exigiu testemunhas que deviam depor, para se provar que efectivamente o seu cliente merecia ser acusado de um crime para o qual a lei sul-africana prevê, inclusivamente a pena de morte. O advogado, chegou a citar como suas testemunhas o Ministro da Defesa e o Presidente.

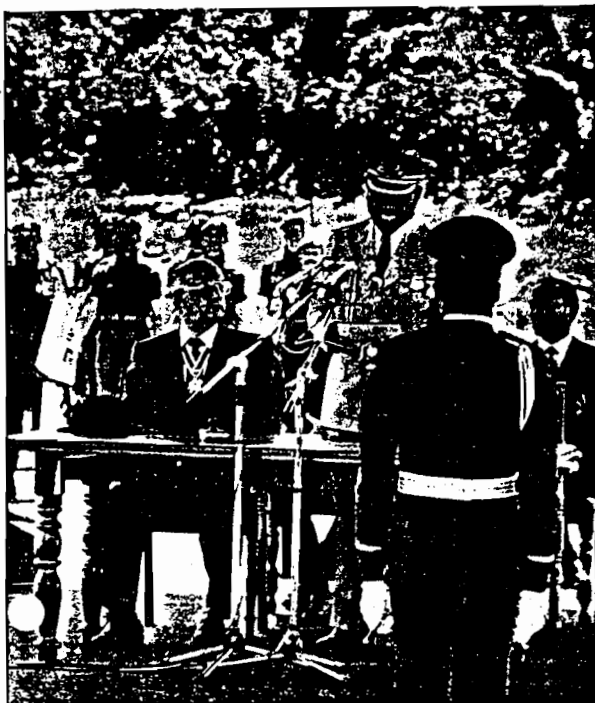
No final do dia, o advogado assegurou à família de Hunter que o «caso» terminaria em breve, sem que fosse de esperar uma

sentença muito pesada. Havia que aceitar «entre cinco a oito anos de prisão», porque efectivamente o seu cliente havia passado documentos que comprovavam o envolvimento do Governo sul-africano na desestabilização militar de Moçambique, Angola e Zimbábue.

Na sexta-feira, dia 28 de Setembro, Roland Hunter foi condenado a apenas cinco anos de prisão, surgindo em fotografia de destaque, num dos jornais da tarde de Pretória, a sua família sorrindo enquanto o filho era levado no carro celular para a cadeia.

Mas, nesse mesmo dia de manhã, numas instalações militares, no topo de uma elevação de onde se pode ver grande parte da capital sul-africana, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, acompanhado pelo Ministro da Defesa e pelo chefe da Inteligência Militar, reuniam-se perante a imprensa com os chefes dos bandos armados em Moçambique.

Para os jornalistas ali presentes e a quem tinha sido permitido fazer apenas duas perguntas, o Ministro dos Negócios Estrangeiros explicou que estava a fazer contactos, em separado, para pôr fim à violência armada no interior de Moçambique, adiantando que



O reconhecimento do Presidente Samora Machel como Presidente da RPM, pela África do Sul e pelos chefes daqueles que realizam acções de banditismo em Moçambique, constitui um ponto de partida assegurador de que o Acordo de Nkomati pode durar e ser respeitado

se tinha atingido um «estágio delicado e crucial» nas negociações.

Algumas horas depois e já numa conferência de Imprensa em conjunto com o Ministro na Presidência para os Assuntos Económicos de Moçambique, Jacinto Veloso, o Ministro moçambicano repetiu o aspecto delicado das negociações e contactos, mas dando a entender que se podia alcançar resultados positivos. Para o chefe da delegação moçambicana, havia um «progresso positivo».

As negociações entre os governos sul-africano e moçambicano começaram na quinta-feira, dia 27 de Setembro, tendo-se prolongado por cinco dias, quebrados pelo fim-de-semana em que, ambas as delegações fizeram «trabalho de casa» nos seus países.

Tornava-se claro que aquelas conversações não eram meramente técnicas, já que ambos os lados apresentavam delegações que não correspondiam à composição da Comissão de Segurança estabelecida pelo Acordo de Nkomati. Eram os negociadores deste Acordo, que a partir de Março se propunha estabelecer a paz e estabilidade na região, quem estava de novo sentado à mesa das conversações.

O nível de representatividade deixava antever que era o próprio

Acordo de Nkomati, o que estava a ser discutido. Do lado sul-africano estavam presentes pelo menos cinco dos homens mais influentes do seu Estado e, do lado moçambicano apresentavam-se, para além do Ministro Veloso, que chefiara todas as negociações anteriores a Março, o Ministro da Segurança, Coronel Sérgio Vieira e o 2.º Vice-Ministro do Interior, Teodato Hunguana.

Nos círculos diplomáticos em Maputo e Pretória, as atenções estavam concentradas sobre a capital sul-africana, havendo expectativas, como nos declarou um diplomata ocidental, de que a continuação «da guerra semeada pela África do Sul em Moçambique», pudesse levar o «Governo de Maputo a denunciar o Acordo de Nkomati».

Efectivamente e depois de no primeiro dia de Outubro o regime de Pretória ter cancelado uma cerimónia que deveria acontecer nessa tarde, um membro da delegação moçambicana afirmou-nos que, caso as conversações com o Governo da África do Sul não produzissem resultados, «o Acordo de Nkomati perde o seu conteúdo». Seguramente, fazia-se referência ao «cumprimento na letra e no espírito» do Acordo, conforme os Presidentes de Moçambique e da

África do Sul haviam assegurado cumprir o documento que assinaram no dia 16 de Março.

Foi na noite do dia 2 que finalmente se chegou a um Acordo entre os dois Governos, marcando-se a cerimónia, prevista para o dia anterior, para a quarta-feira, ao meio-dia. Entre os membros da delegação moçambicana, bem assim como entre os funcionários sul-africanos, podia-se notar faces menos preocupadas, uma atmosfera que indicava ter-se chegado a uma solução satisfatória.

A Declaração de 3 de Outubro, como ficou intitulado o documento lido ao meio-dia de quarta-feira pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Roelof «Pik» Botha, viria confirmar os porquês desta atmosfera.

O (1) reconhecimento do Presidente Samora Machel como Presidente da República Popular de Moçambique, a afirmação de que (2) o conflito e a «actividade armada tem de terminar em Moçambique, venha de onde vier», a garantia de que (3) o Governo sul-africano era chamado a ter um papel «na implementação desta Declaração» e, (4) a criação de uma Comissão técnica «para trabalhar numa rápida implementação da Declaração», constituíram, sem dúvida, os pontos que garantiram a continuidade do Acordo de Nkomati.

Do ponto de vista legal, mas ainda teórico, a Declaração feita pelo Governo sul-africano não apenas deu garantias a Moçambique de uma acção mais prática sobre as origens da guerra em Moçambique, como ainda deu forma e conteúdo àquilo que até aqui se referia como «o espírito do Acordo de Nkomati».

Com cada vez maior intensidade aumentavam os receios e as acusações de que a continuação das acções de banditismo no interior de Moçambique, provavam que «Pretória não está a cumprir», ou que a «África do Sul mantém os olhos fechados», conforme nos disseram individualidades americanas que recentemente visitaram os dois países.

Certamente que a acção sul-africana relativamente ao Acordo tornou-se mais clara quando o

Governo decidiu, em instalações militares suas (e que para qualquer Estado são áreas íntimas) dar a conhecer ao mundo que estavam a fazer esforços junto àqueles que apoiou activamente antes de Nkomati, para parar a guerra em Moçambique.

E, com a Declaração tornou-se evidente que o regime sul-africano decidiu, como o referia um jornal de Pretória, «usar os seus músculos» para demonstrar que podia intervir directamente no estabelecimento da paz em Moçambique.

O conteúdo da Declaração que, no que diz respeito aos Governos de Moçambique, só envolve activamente ao seu ponto quatro, é disso prova. É ainda neste contexto que se pode entender a afirmação feita ainda no próprio dia 3 pelo Ministro «Pik» Botha ao indicar que o seu Governo estava disposto a enviar para Moçambique tropas cuja principal missão não seria militar, mas sim participar na reconstrução do país e colaborar seriamente na integração dos homens que a «Amnistia» anunciada no início do ano pelo Presidente Samora Machel vai ter de contemplar.

Com este passo tornou-se claro para os moçambicanos, como nos referiu um membro do Governo em Maputo, que o Governo da África do Sul deu um «importante passo para assumir os compromissos do passado, do presente e

do futuro relativamente ao nosso país».

Certamente que, para além das ameaças que pairavam sobre o Acordo de Nkomati, terá também influído nos resultados destas negociações as pressões internacionais sobre a África do Sul. Não é de deixar de referir que há apenas três semanas um enviado do Presidente norte-americano esteve na África do Sul para ver o Presidente Botha a quem «mostrou preocupação sobre a situação de guerra em Moçambique, sublinhou a seriedade de Maputo no cumprimento do Acordo e pediu uma acção pronta», como nos disse uma fonte diplomática.

Mas se a Declaração satisfaz os Governos moçambicano e sul-africano e as partes mais directamente interessadas na estabilidade na África Austral (nos Estados Unidos, onde em breve decorrerão eleições, a Administração vê esta questão como uma alternativa positiva a apresentar ao seu eleitorado na iminência de não apresentar resultados sobre a Namíbia), não é de deixar de levantar dúvidas sobre as suas diferentes fases de implementação.

Efectivamente e, embora haja à partida garantias de que os dois governos estão dispostos a não quebrar este compromisso, ainda estão por resolver e decidir os aspectos práticos da implementação da Declaração.

A sessão de trabalhos da Comissão técnica que se reuniu na passada segunda-feira, terá sido, sem dúvida, o primeiro teste ao «espírito do Acordo de Nkomati». Ali iniciou-se a discussão dos mecanismos que as partes envolvidas e responsáveis têm de accionar para pôr cobro à violência.

É que a Declaração de Pretória, e ao contrário do que erradamente a Imprensa internacional veiculou, não foi um Acordo de cessar-fogo. A prová-lo os bárbaros crimes cometidos nos finais da semana passada por bandos armados no sul do País e no norte (ver notícia sobre o assassinato de dois técnicos italianos).

Não é difícil de antever que os obstáculos que se colocam a esta Comissão são inúmeros e que, como o afirmou o Ministro Jacinto Veloso à sua chegada a Maputo depois de anunciada a Declaração, cabe «às FPLM a acção imediata de continuar a punir as acções de violência e terroristas praticadas pelos bandidos armados».

Mas é ainda sobre a África do Sul que se coloca a grande responsabilidade no exercício de «pôr termo à violência em Moçambique», mostrando que terá agora capacidade para desactivar e paralisar a máquina de guerra que desenvolveu no interior de Moçambique.